

## EDITORIAL

Apresentamos a edição número 2 de 2018 da revista *Desenvolvimento Regional em debate* (DRd). Com isso, estamos, a partir de então, adequando-nos às exigências dos órgãos de indexação de periódicos acadêmicos, no sentido de publicar as edições no mês inicial da periodicidade de publicação, no nosso caso, a semestralidade.

Compomos a edição com dez artigos, organizados em três blocos, de acordo com o foco temático. O primeiro bloco contempla os artigos que versam sobre a dimensão sociocultural do desenvolvimento e as políticas públicas; o segundo, apresenta os temas relacionados à dimensão ambiental; o terceiro bloco é composto dos artigos que abordam os temas relacionados à dimensão econômica do desenvolvimento. Neste último bloco, os artigos versam sobre questões relacionadas à economia agroflorestal e sobre a economia regional, com predomínio do foco na região Norte e Nordeste do Brasil.

Esta edição contempla artigos de pesquisadores de 12 Instituições de Ensino Superior localizadas em 9 estados do Brasil, assim distribuídos: Instituto Federal do Acre, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Contestado (Santa Catarina), Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará e Universidade Regional do Cariri (Ceará), Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário Módulo, Universidade Estadual Paulista e Universidade de Taubaté (São Paulo), Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal do Paraná.

Inicia esta edição o artigo *Educação e Capital Social: uma relação estreita com o desenvolvimento*. Os autores partem do princípio de que capital social e educação são variáveis relacionadas ao desenvolvimento. Assim, sobre a observação de que Caraguatatuba, município por eles analisado, apresenta dificuldades relacionadas à rápida expansão urbana e demográfica, o artigo é conduzido pelo objetivo de verificar a relação entre o capital social da população e o seu nível de educação formal. Apesar de observarem que o grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa torna-se menor quanto menor o acesso à instrução formal, concluem que o acesso à educação, isoladamente, não potencializa a aptidão para a articulação entre os membros de cada comunidade e para ampliar a capacidade de institucionalização das demandas sociais e econômicas.

O segundo artigo, *Eficiência dos Gastos Públicos com Educação: evidências para o Ensino Fundamental de Santa Catarina*, é composto de um texto com a afirmação que a escolaridade é um ativo que pode ser reproduzido e ofertado à população por meio da esfera pública, se tornando essencial para o fomento do crescimento econômico, redução da desigualdade e da pobreza. Assim, o estudo tem como objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos nos municípios catarinenses em alocar seus recursos nos anos iniciais do ensino fundamental nos anos de 2007 e 2011. Concluem os autores que o crescimento dos gastos públicos não resultou em melhoria nos indicadores de qualidade do ensino fundamental, no período analisado.

O terceiro artigo do primeiro bloco temático, *Fatores associados às escolhas ocupacionais das jovens mulheres baianas*, é orientado pelo objetivo de analisar os condicionantes das escolhas ocupacionais das jovens mulheres baianas, entre estudar e/ou

participar da população economicamente ativa (PEA), e/ou Nem-nem (nem trabalhar, nem estudar) e considera jovens mulheres aquelas com idade entre 17 e 29 anos. O estudo observa que a escolaridade dos pais influencia positivamente na decisão de apenas Estudar, ressaltando a importância do capital humano na trajetória dessas mulheres. Ao se cotejar as características pessoais, observam os autores que o fato de terem filhos incentiva as jovens mulheres a transitarem para a categoria Nem-nem, recomendando a importância de políticas de planejamento familiar.

O segundo bloco, que tem como foco temático a dimensão ambiental é composto por dois artigos. O primeiro artigo denominado *Modelo de Gestão de Resíduos: desafios e perspectivas do setor de frigoríficos* resulta da realização de um estudo de caso com o propósito de levantar e descrever o modelo de negócio utilizado pela empresa para gerenciar seus resíduos. Os autores afirmam que foi possível observar aspectos importantes, como os ganhos gerados para a empresa por meio de vantagens competitivas, que atrela ao negócio principal a gestão dos resíduos, provenientes de uma produção mais limpa. Também constatam que a geração de novas fontes de receita a partir da criação e comercialização de subprodutos, gera não só matéria prima para outras cadeias produtivas, mas uma série de outros benefícios destacados no artigo.

O segundo artigo desse bloco, *Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise qualitativa do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*, constata de que as zonas costeiras representam um relevante desafio, por apresentarem inúmeras pressões socioeconômicas e por serem áreas com considerável densidade populacional, caracterizadas por dinâmicas peculiares, o que levou o governo brasileiro a instituir o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O objetivo do estudo, que resulta neste artigo, realiza análise documental do relatório “25 anos do Gerenciamento Costeiro no Brasil”. Esta análise contribui para uma reflexão sobre os principais desafios e expectativas enfrentadas pela gestão costeira em todo o território nacional. Constata, ainda, que muitas atividades em plena expansão, contribuem para o crescimento econômico do país, entretanto, trazem consigo inúmeros impactos.

No terceiro bloco desta edição, os artigos tratam da dimensão econômica do desenvolvimento, versando sobre economia agroflorestal e outros relacionados aos problemas regionais, predominantemente, da região Nordeste e Norte do Brasil.

O primeiro artigo deste bloco, *Distribuição de Renda na Amazônia: um estudo dos Polos Agroflorestais em Rio Branco* refere-se a uma nova modalidade de assentamento criada na década de 1990 pela Prefeitura Municipal de Rio Branco-Acre, denominada Polo Agroflorestal. Esse assentamento tem a finalidade de assentar antigos seringueiros e agricultores expropriados anteriormente. Sob esse cenário o estudo objetiva analisar a evolução da distribuição de renda no referido assentamento, em intervalo de dez anos, buscando identificar a proporção de classes de renda na região, o valor de produção gerado e as condições do uso da terra. Os resultados mostram que houve melhoria na distribuição de renda das famílias assentadas nos Polos Agroflorestais, mas os índices de concentração de renda acompanharam a realidade brasileira.

Já o artigo *Planalto Norte Catarinense: considerações sobre o setor florestal e a eucaliptocultura* parte da afirmação de que a base econômica de florestas plantadas para a produção de madeira e seus produtos, sustenta uma cadeia produtiva que tem participação fundamental na economia do país. O Estado de Santa Catarina tem expressiva participação

neste setor, com destaque para a região Planalto Norte Catarinense (PNC). Sob essas afirmações o objetivo do estudo se concentra em compreender o papel do setor florestal e da eucaliptocultura como atividade econômica no PNC. Os estudos efetuados identificam contradição nos benefícios gerados em desenvolvimento, na dimensão econômica, social e ambiental que o setor de florestas plantadas pode oferecer às regiões onde está estabelecido. Como oportunidade para o desenvolvimento florestal sustentável do PNC encontram-se as condições edáficas da região favoráveis ao cultivo florestal e a previsão de consumo crescente de produtos florestais, inserindo a eucaliptocultura como atividade relevante na agenda de desenvolvimento regional.

Entre os artigos que versam sobre questões econômicas regionais, o primeiro, *As relações interinstitucionais de desenvolvimento local em Ipatinga (MG)* afirma que nas últimas décadas, o desenvolvimento local tem sido amplamente discutido por diferentes abordagens teóricas em resposta à crise do paradigma nacional-desenvolvimentista, motivado, em especial, pelo declínio econômico de algumas áreas industriais. Tomando como área de observação o município de Ipatinga/MG, o estudo constata que a inexistência de uma cultura política, a debilidade organizativa e institucional dos atores locais interferem nas estratégias de desenvolvimento local. Constata o estudo ainda que os projetos desenvolvidos carecem de ousadia, pois não estimulam suficientemente o crescimento econômico, o que pode ser constatado pela não redução do nível elevado de desemprego.

O segundo artigo, *Inovação e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: uma análise para a Região Norte do Brasil*, inicia afirmando que, diante do intenso processo de globalização, o conhecimento e o aprendizado se apresentam como principais determinantes para o desenvolvimento das nações, regiões, localidades, setores e empresas. O estudo propôs-se ao objetivo de analisar, por meio de indicadores de desempenho e esforço inovativo, o processo de inovação implementado pelas firmas da Região Norte do Brasil. Os dados evidenciam que as empresas da região têm empreendido esforços inovativos para a aquisição de máquinas e equipamentos, enquanto há baixo nível de investimento empregado em pesquisa e desenvolvimento.

O terceiro artigo, *Emprego formal agropecuário e saldo de vagas na Microrregião do Cariri Cearense*, resulta de estudo orientado pelo objetivo de analisar o saldo de vagas nos postos de trabalho formais da microrregião do Cariri cearense, segundo as características demográficas e socioeconômicas dos trabalhadores, nos anos de 2006 e 2013. Os principais resultados mostram o aumento na geração de trabalhos formais na agropecuária da microrregião do Cariri. Quanto à remuneração, a maior taxa de criação líquida de empregos correspondeu à faixa de até 1 salário mínimo, o que demonstra o nível de precariedade.

No todo, os artigos trazem resultados de uma variedade de estudos, realizados por pesquisadores, mestrandos e doutorandos, sobre a realidade regional brasileira, com importantes reflexões e constatações, algumas destas nem tanto alentadoras. Tratam-se, mesmo assim, de contribuições significativas.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Os editores

Valdir Roque Dallabrida – Editor-chefe

Maria Luiza Milani – Editora Executiva